

DIREITO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (APOIO UNIP)

Aluna: Izadora Francielle Martins

Orientador: Prof. Dr. Marcelo José Grimone

Curso: Direito

Campus: Anchieta

O objetivo da pesquisa foi detalhar as identificações dos aspectos benéficos em uma tributação mais sustentável, assim como demonstrar como podem ser utilizados em prol da coletividade. Para a análise proposta, fez-se uma observação histórica acerca do ato arrecadatário que gerou, ao longo do tempo, uma rejeição social, capaz de provocar uma interrogação sobre as características do tributo como instituição, vez que se faz muito presente no cotidiano dos indivíduos. Analisou-se a tributação, de maneira mais aprofundada, de modo a resgatar os ideais de representatividade de sua função, bem como determinar os aspectos sociais que levam à sua prestação. O presente projeto utilizou, fundamentalmente, o método bibliográfico e a análise da real *função social* do Direito Tributário para: identificar os aspectos presentes na função social do tributo e difundi-los de maneira que mantenha o desenvolvimento da coletividade; compreender os fundamentos do tributo no ordenamento jurídico e sua relevância para a sociedade; delinear os instrumentos utilizados pelo Direito Tributário para a concretização da sua função social. A categoria descritiva sobre o assunto a ser abordado reuniu grande acervo bibliográfico: livros, artigos, publicações, obras, entrevistas, leis, jurisprudência, monografias e teses. Foi utilizada a abordagem indireta, baseada em levantamento de dados e informações preliminares concernentes ao tema. O levantamento foi feito com base em pesquisas em documentos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas (IBGE, IBOP etc.), iconografia e organizações (OCDE). No Brasil, há necessidade de se realizar uma reforma tributária justa, a fim de atenuar as desigualdades sociais, e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento econômico. Os impostos

devem garantir recursos para financiar políticas públicas cuja importância está garantida na Constituição Federal, tais como: saúde, educação e segurança. Para a criação de um país mais sustentável será necessário cobrar menos impostos de práticas que respeitam o meio ambiente, aquelas ligadas à agricultura familiar e produção de orgânicos. Nas hipóteses de tributação sob grandes fortunas e reformulação do Imposto de Renda, seria possível a destinação de milhões de reais para garantir novos postos de trabalho e renda aos brasileiros. Simplificar o sistema tributário para exercício da materialização da justiça social é uma das principais formas de progresso.